

Anistia a remessas ilegais pode ampliar o segmento

De São Paulo

O mercado brasileiro de private banking verde-amarelo pode ter em breve um impulso significativo. Seguindo o exemplo de países como a Alemanha, Itália e Argentina, o Brasil discute há alguns anos projetos de anistia para recursos com origem ilícita, remetidos de forma irregular para o exterior.

Não há estatísticas precisas sobre o montante de recursos mantidos irregularmente por brasileiros no exterior, mas calcula-se que pode chegar a US\$ 300 bilhões. "É a pergunta de US\$ 1 milhão, uma vez que o dinheiro não é declarado, mas é certamente um volume considerável", explica João Albino Winkelmann, diretor do Bradesco Private Bank.

Advogados afirmam que a medida não visa beneficiar criminosos que tenham remetido para o exterior divisas oriundas de atividades ilegais, como tráfico de dro-

gas ou contrabando. "Esses crimes continuarão a ser cobrados. O alvo da medida é o chamado dinheiro cinza, aquele fruto de salários ou de empresas, cuja remessa ao exterior não foi declarada corretamente ao Banco Central", explica Antenor Madruga, sócio do escritório Barbosa, Müllsrich & Aragão.

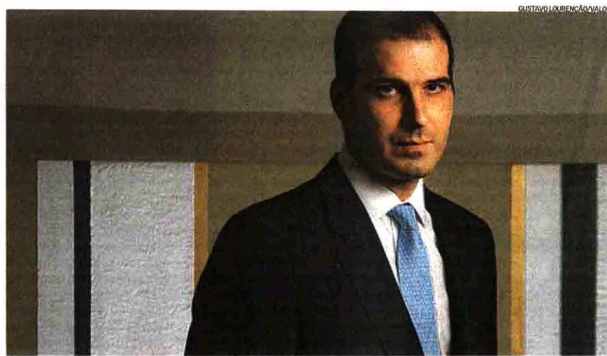
Atualmente, quem no passado enviou dinheiro para o exterior cometeu dois crimes: sonegação de impostos e evasão de divisas. O crime de sonegação é passível de perdão com o pagamento do imposto devido e uma multa. A evasão, não. Mesmo quem confesse o crime e pague a multa segue passível de punição de até seis anos de reclusão.

Nos últimos anos, diversos projetos de lei prevendo anistia foram discutidos no Congresso. Agora, o assunto pode voltar à pauta. "Em todo novo governo se fala nisso. Não creio que seja o melhor momento para isso surgir, mas o Brasil tem recebido

pressões de entidades internacionais para dar maior transparência a esses recursos", diz Antônio Manuel França Aires, sócio da área bancária do escritório Demarest & Almeida.

O setor de private banking admite que a aprovação de uma medida como essa seria positiva para o setor. "Não temos uma estratégia montada para o caso de uma anistia, mas estamos preparados para atender todos os clientes que desejarem nossos serviços", diz Winkelmann, do Bradesco. Para ele, não apenas o setor de private banking se beneficiará, mas o país como um todo, com mais impostos e recursos disponíveis para investimentos.

João Medeiros, chefe da área internacional de private banking do Itaú Unibanco, estima em cerca de 10% a fatia desses recursos que poderiam migrar para privados brasileiros. "Hoje esse dinheiro está parado, mas caso haja uma anistia esse dinheiro tende a se mover", diz



Marco Abrahão, da Credit Suisse Hedging-Griffo: anistia seria medida positiva e beneficiaria o mercado de capitais

Marco Abrahão, responsável pelo private banking da Credit Suisse Hedging-Griffo, considera a medida positiva para o mercado de capitais como um todo. "Nossa plataforma está preparada. Acreditamos que parte desse dinheiro vá retornar ao Brasil", afirma o executivo.

O retorno desses recursos ao Brasil, segundo Antenor Madruga, do BMA, traz à tona outra discussão: o câmbio. Com mais dó-

lares entrando na economia, maior a pressão sobre o câmbio, o que cria resistências para a aprovação de uma medida como essa, afirma Madruga.

"É preciso levar em conta que hoje em dia as condições econômicas mudaram. Muitas pessoas remeteram seus recursos lícitos para se proteger de crises ou medidas como o confisco. E muitas dessas medidas de pacotes econômicos foram consideradas ile-

gais pela própria Justiça brasileira", diz. No caso de uma anistia no Brasil, Madruga crê que, ao contrário do que ocorreu na Itália, onde houve mais de uma anistia, aqui deve ser feita apenas uma. Segundo ele, estudos indicam que, quando há mais de uma anistia, cria-se um estímulo para as pessoas não pagarem impostos. "As pessoas retardam o pagamento dos impostos à espera de uma nova anistia", diz. (M.P.)